

Vítor Rui Gomes Teixeira *

Fundações religiosas no vale do Douro na Idade Média

Falar do Douro é falar, quase sempre, de vinhos, Terra Quente, socalcos, de belos e sorrateiros solares voltados para o rio. Um grande rio, «o mais americano da Europa» pela sua brava correria entre fragas e penhascos, pela força e ímpeto do seu caudal. Palavras de um dos mais apaixonados viajantes e estudiosos do Douro, para além de animador económico: falamos do Barão de Forrester, cuja memória estará para sempre ligada à região duriense. *O Douro Português* e *O País Vinhateiro* patenteiam bem todo o seu conhecimento e empenhamento no estudo do Douro, obras ainda inultrapassadas talvez, fruto da sua paixão por um rio que o conduziria à morte em 1861 numa das suas maiores armadilhas, o Cachão da Valeira. Muito fica por dizer acerca da pessoa e da obra deste ilustre cidadão britânico e de toda a consciência que tinha do valor económico – e artístico até – desta região.

Muitas outras imagens, porém, podemos retirar de uma análise direccionada para outras vertentes do estudo do Douro e do seu vale que não só o vinho e a vinha. Podemos, porém, partir quase sempre destes dois elementos para avançarmos para um outro aspecto, menos recordado, que neles ubica em certa medida: a presença de comunidades religiosas no vale do Douro na Idade Média, seja na Terra Quente, a montante de Barqueiros (Mesão Frio), seja a jusante daquela localidade. Esta última abrangência geográfica, correspondente ao actual Douro Litoral, por estar por demais estudada e de sobremaneira referenciada numa série de obras ou monografias dedicadas a esta temática, servirá de ponto de partida para, subindo por esse rio acima, penetrarmos no tecido religioso do Alto Douro. Aí sim, procuraremos por entre vinhedos e penhascos, os rastos das comunidades de homens e mulheres votados à contemplação ou ao serviço de Deus e do seu rebanho, orando, pregando, ensinando, espiando os pecados do mundo numa

* Mestre em História Medieval (FLUP).

terra que se manteve intacta aos grandes pecados da civilização do litoral até há alguns anos atrás.

Dissemos, momentos atrás, que da vinha e do vinho poderíamos partir para abordarmos a presença de comunidades de vidas consagradas ao longo do Douro português no período medieval. As referências à vinha nesta região, para esse arco cronológico, não permitem grandes conclusões sobre a sua expansão e o seu carácter económico. Primeiramente foi usada a designação de «vinho de Lamego», o que poderá evidenciar que a área de cultivo não alastrava muito para montante desta zona, ao contrário do que hoje acontece, e que a cidade do Porto não detinha então o papel comercial que alguns séculos mais tarde veio a assumir relativamente aos vinhos – nomeadamente os generosos – da região duriense. Em termos comparativos, no panorama fundacional das ordens religiosas na Idade Média no vale do Douro, a «fatia de leão» vai para o Douro inferior, ficando a região a montante bastante desfavorecida numericamente, quer em comunidades quer em religiosos, um pouco à imagem da sua pálida prestação na «vida económica nacional» (chamemos-lhe assim, perdando-nos o anacronismo) no período medieval. Não avançaremos muito relativamente a esta região, pois seria repetir algo já suficientemente estudado e um pouco fora da abrangência geográfica que serve de pano de fundo a este Congresso. Avancemos, então, para o Alto Douro, para lá da terra que recebeu o nome dos seus mais dilectos e esforçados filhos, homens que foram os heróis desconhecidos da gesta secular do vinho do Porto: Barqueiros.

Antes de passarmos a uma análise exaustiva da cobertura monástica e conventual do Alto Douro, atentemos em algumas *nuances* que nos podem fornecer imagens representativas da presença de religiosos na região. De referir, de imediato, o facto de que o Alto Douro medieval estava dividido em várias dioceses: margem norte, Braga; margem sul, Lamego e Guarda.

Numa comparação entre a margem norte e a margem sul, a primeira é, no domínio religioso e mesmo noutros, mais importante – avassaladora até – no Baixo Douro, sucedendo o contrário na Terra Quente, onde a margem meridional assume uma maior projecção. Aqui o tal «vinho de Lamego», de que ainda pouco se conhece quanto à sua importância económica efectiva na região envolvente (a encosta umbra do Douro, mais húmida e produtiva) poderá surgir como um polo atractivo de fixação de população e, conseqüentemente, de comunidades religiosas. Estas, se por vezes fugiam ao bulício dos povoados e procuravam os ermos florestados ou de férteis solos (no caso das observâncias beneditinas), noutras privilegiavam, no caso mendicante, os povoados para se estabelecerem e encontrarem os seus benfeitores e esmoleres, para além da sua missão pastoral. Opostamente, na secção norte do vale superior (mais seca e soalheira), Vila Real, encaixada entre montanhas e vales pouco povoados, isolada pelo Marão e servindo de

baluarte ocidental da terra fria transmontana, agreste e solitária, não assume um papel idêntico ao de Lamego, que, recorde-se, possuía já uma certa importância urbana e económica na Idade Média. E política até, porque não, a avaliar pela tradição de realização aí de cortes por alturas da fundação da nacionalidade, em 1143, assembleia esta ainda envolta num mar de incertezas a nível histórico, cada vez mais pertencendo ao rol de lendas e mistérios do nascimento do reino de Portugal. O episcopado lamecense data também dos alvares da história da nação, tal como a sua Sé catedral, para além de uma ou outra igreja ainda existentes entre as que a cidade teve no período medieval. Vila Real, em oposição, só é tornada cabeça de diocese em 1922. A riqueza económica das regiões circundantes poderá justificar a atracção de comunidades religiosas de diversas observâncias. A importância deste núcleo urbano é evidente no facto de aí ter existido uma comunidade judaica no burgo.

Riqueza agrícola, urbanismo crescente, ligação ao litoral, povoamento rural disperso, enfim, estes e outros factores conjugados – ou inexistindo um ou vários deles, como é o caso de certas áreas da margem norte do Douro – podem determinar a existência ou não de casas pertencentes às mais diversas ordens religiosas medievais existentes então no nosso país. Mais do que todo esse razoado, falemos dessas comunidades.

Começando pela provavelmente mais antiga das ordens religiosas existentes na Idade Média, a Ordem de S. Bento, pouco ou nada há a assinalar quanto à sua presença na região. O pouco que há reporta-se a uma área próxima da região em análise: as casas amarantinas da Ordem, S. Salvador de Travanca e a de S. João de Arnóia, pertencente a Basto mas tocando já no rincão noroeste da bacia alto-duriense. Em oposição ao Noroeste profunda e tradicionalmente afecto aos monges negros do Patriarca do Ocidente, S. Bento de Núrsia, o Alto Douro é um autêntico deserto beneditino, principalmente a partir da reforma cisterciense da Regra de S. Bento ter tomado posse dos mosteiros da região do Douro sul no século XII e XIII, passando os monges brancos, provenientes das casas-mãe francesas ou espanholas – e depois portuguesas num ou outro caso – a substituir ou reformar os monges de observância antiga da Regra do Fundador do monaquismo ocidental. Por abandono do mosteiro, troca de hábito e observância ou imposição, desaparecem os monges negros do Alto Douro, abrindo lugar à preponderância cisterciense na região centro de Portugal. O apoio de D. Afonso Henriques a Cister é determinante, outorgando coutos e regalias, dotes e isenções, protegendo, por conseguinte, os monges brancos. Estes ocuparão os cenóbios de S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Salzedas e S. Pedro das Águias. A prioridade da fundação ou reforma permanece envolta em acesas discussões e celeumas, apresentando-se insolúvel qualquer tentativa, com a documentação existente, de procurar afirmar que esta ou aquela casa teria sido a pri-

meira comunidade cisterciense no nosso país. Fr. Claude Bronseval pouco adianta¹, valendo-nos, para uma eventual pesquisa cronológica das várias casas, das notas do reputado historiador cisterciense D. Maur Cocheril. S. João de Tarouca, segundo este autor, filial de Clairvaux, terá sido fundada em 1143 (defendendo a sua prioridade cronológica), ao passo que outros lhe afiançam a data de fundação entre 1122 e 1134. A acreditar na inscrição que existe na fachada da igreja, a data de início da edificação cisterciense terá sido a de 1124. Salzedas – de origem beneditina – terá sido reformada, de acordo com o Pe. Cocheril, pela abadia de Clairvaux depois de 1161, data de um documento relativo a este mosteiro que ainda refere a existência de beneditinos.² Aponta-se também a data de 1168 para o início das obras, o que pressuporia a inexistência de uma pré-ocupação beneditina. Segundo Rui Pinto de Azevedo, os monges brancos só os substituem em 1196³. De qualquer forma a igreja é sagrada somente em 1225. Quanto a Santa Maria de Aguiar, na comarca de Riba-Côa, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Angel Manrique, cronista cisterciense espanhol, advoga a data de ocupação por monges brancos – talvez os primeiros a habitá-lo – em 1165, por iniciativa de Fernando II de Leão, povoando-o com efectivos leoneses e castelhanos.⁴ Herculano, na sua *História de Portugal*, vol. III, p. 236, aceita esta data de 1165, tal como a maioria dos historiadores. Fr. Bernardo de Brito, que ali viveu em religião, no liv. 17 da *Monarchia Lusitana*, p. 241, defende a fundação por D. Afonso Henriques em 1174⁵. Rui Pinto de Azevedo defende a tomada de posse por monges espanhóis da Ordem de Cister em 1170, desocupando-a dos beneditinos portugueses aí residentes. Na origem desta ocupação estará, segundo o mesmo autor, a derrota em Badajoz de D. Afonso Henriques em 1169, monarca este que terá sido o fundador do cenóbio. O rei leonês introduz na abadia monges de Moreruela em 1170. A abadia é portuguesa, definitivamente e com segurança, a partir da conquista de Riba-Côa por D. Dinis em 1296, filiando-a a Tarouca⁶. Para além desta filiação ou da de Moreruela, defende-se também Valparaíso (Espanha) ou Boulbonne (França). Por último, S. Pedro das Águias, no concelho de Tabuaço, filial de Tarouca, terá sido, segundo Fr. António Brandão, transferido para Cister

1 BRONSEVAL, Fr. Claude, *Peregrinatio Hispanica. 1531-1533*. Trad., introd. e notas de D. Maur Cocheril, O. Cist., Paris, P. U. F., 1970. Ed. Port. da Fundação Calouste Gulbenkian.

2 Ver *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, v. 1, t. 1, ed. por Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, 1958, n.º 257 e 277.

3 AZEVEDO, Rui Pinto de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1951, p. 23.

4 BRONSEVAL, Fr. Claude, *o.c.*, p. 563.

5 A carta fundacional do monarca foi publicada por REUTER, Abiah Elizabeth, in *Documentos de Chancelaria...*, p. 348, n.º 231 e por R. Pinto de Azevedo, *o.c.*, v. I, t. I, p. 240, n.º 230.

6 AZEVEDO, Rui Pinto de, *Riba-Côa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de S.ª M.ª de Aguiar de Fundação Portuguesa e não Leonesa*. In *Anais*, II série, v. 12, Lisboa, 1962, p. 231- 298.

em 1170, tendo sido anteriormente ocupado por monges negros. Alguns avançam com datas diferentes para esta reforma, como 1145 ou, até, 1205, primeira vez em que é referido o mosteiro no capítulo geral da Ordem no mesmo ano.

Por aqui se pode ver toda a problemática em torno da presença cisterciense no Douro sul, o que demonstra a vitalidade e importância da região no conjunto do Portugal nascente e mesmo no quadro religioso em formação, perfeitamente integrado na onda europeia de difusão da reforma de S. Bernardo de Clairvaux e Robert de Molesmes da Regra beneditina.

No que concerne à Regra de Santo Agostinho, esta não tem expressão fundacional no Alto Douro. Todavia – e antes de falarmos dos dominicanos, também observantes desta Regra – surgiu-nos nesta pesquisa, um caso curioso e pouco ou nada levantado pelos estudiosos da história da Igreja em Portugal: a provável existência no nosso país – e possivelmente na região do Alto Douro! – de Cónegos Regrantes de Premontre. Duas datas aproximadas são avançadas: no reinado de D. Afonso Henriques, em que alguns padres desta Ordem terão vindo no séquito dos cavaleiros borguinhões que no século XII vieram combater a mourama no nosso país ou, o que nos referencia geograficamente, a vinda em 1400 de premonstratenses para o bispado de Lamego, onde teriam fundado uma comunidade⁷. Em ambos os casos a sua presença foi efémera.

Relativamente aos mendicantes, estes não foram muito numerosos ou de grande implantação na região, ao contrário do que aconteceu com as suas duas ordens principais no Baixo Tejo, onde há assinalar uma forte presença nos três últimos séculos da Idade Média. No vale do Douro, de Mesão Frio até Freixo de Espada à Cinta, encontrámos, para o período medieval, apenas duas fundações franciscanas de relativa importância, Lamego (1271/79) e Vila Real, esta última duvidosa e pouco documentada⁸. Saliente-se o facto de que, e para além das duas casas anteriores, pertencia também à Ordem do Seráfico Padre S. Francisco de Assis o único eremitério conhecido na região em análise: Azinhoso⁹, nas imediações de Mogadouro e já na zona do Douro internacional. Conhece-se-lhe

⁷ Segundo o Pe. Purificação, in *Chronologia Monastica*, no Proemio, entram em 1400 os Cónegos Regrantes de Premontre, fundando um convento de vida efémera no bispado de Lamego, sem precisar o local exacto. Já na *Chronica dos Conegos Regrantes*, l. 4, c. 15, num. 9, defende-se a fundação de um mosteiro por cónegos franceses desta ordem no reinado de Afonso Henriques, com autorização do mesmo, sem se precisar o local ou ano de erecção da comunidade. Deram-se mal com o dito monarca e partem entretanto do reino. Cf. CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano*, T. 1, p. 74. Ver CASTRO, J. Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1745-1758, v. II, p. 57 e segs.

⁸ Fundação incerta. Apenas GONZAGA, Fr. Franc., *De Originis Seraphica Religione*, p. 1158, fala deste convento junto de *Villam Regiam seu Regalem sexdelim Lamaco passum milibus sito*. Cf. B. F., n.s. III, nº 336, p. 140, bula *Piis Fidelium*, de Sisto IV, de 18 de Setembro de 1472.

⁹ Cf. MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 694.

alguma actividade e dinâmica na assistência religiosa e espiritual às gentes da região. Da Ordem Terceira, em Meda, no lugar de Marialva, no limite sul da Região Demarcada do Douro, fora fundada uma comunidade regular em 1447, perto de uma outra em Caria, já fora desta circunscrição económico-geográfica actual, mas em perfeita relação com a casa anterior, tal como sucede com uma comunidade de terceiras regulares franciscanas em Sernancelhe, no lugar de Nossa Senhora da Ribeira, com data de 1460. No contexto do ramo feminino da Ordem de S. Francisco, assinala-se o facto de uma das primeiras comunidades de clarissas no nosso país – senão a primeira – se localiza nesta região do Douro, mais concretamente em Lamego, em 1258, o que atesta uma vez mais a importância da cidade no âmbito religioso, espelho de progresso civilizacional de cariz geopolítico e económico. Além disso, pelo facto de as freiras que o povoaram serem originárias de Zamora¹⁰, o Douro assume aqui um destaque como porta de entrada de gentes e instituições no nosso país, a par do que sucedeu com Cister (recorde-se Santa Maria de Aguiar e toda a polémica fundacional em que está envolvida) e, provavelmente, com Premontré, que aqui tiveram as suas primeiras casas, ou a única, respectivamente.

As clarissas tiveram, todavia, vida curta em Lamego, pois a distância que as separava dos seus irmãos Frades Menores (ou 1ª Ordem) da Guarda ou Porto, suas casas mais próximas, dificultava-lhes e irregularizava a assistência e cura espiritual que aqueles padres lhes teriam que facultar em condições normais. Assim, mudam-se para Santarém, onde já existia convento de Frades Menores. O convento masculino da Ordem só em 1271/79 se edificará na urbe lamecense.

Retomando a Regra de Santo Agostinho, deparamos com uma das ordens mendicantes que optaram pela sua observância aquando da sua fundação: a Ordem dos Pregadores, ou Dominicana, de S. Domingos de Guzmán. Deste instituto religioso apenas existiu uma comunidade estável no Alto Douro na Idade Média: S. Domingos de Vila Real, no edifício em que hoje está instalada a Sé Catedral daquela diocese transmontana. A data de início da sua edificação remonta a 7 de Julho de 1424, altura em que se delibera oficialmente a construção do convento, estando já todos os procedimentos tomados para que tal fosse possível havia três anos¹¹. O prestígio de que disfrutaram na cidade foi bastante compensador do esforço levado a cabo pelos dominicanos de Guimarães, que o povoaram e serviram de modelo.

¹⁰ Bula fundacional de Alexandre IV, 20/2/1258, solicitando 12 freiras de Zamora para fundarem casa em Lamego. Depois foram transferidas para Santarém, por dificuldades de assistência espiritual. Os irmãos franciscanos mais próximos estavam na Guarda ou no Porto. Cf. LOPES, F. Félix, *As Primeiras Clarissas em Portugal*, in «Collectanea de Estudos» 3, p. 216, (1952). Cf. Tb. ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica...*, I, 504.

¹¹ MARQUES, José, *o.c.*, p. 701.

De observância desconhecida, temos uma comunidade em Santa Comba da Ermida, perto de Santa Marta de Penaguião, com data de fundação atribuída ao ano de 1139. Provavelmente poderá ser de origem beneditina ou agostinha, pela proximidade de cenóbios destas observâncias na região amarantina ou em Terras de Basto.

Pode constatar-se, a partir deste estudo, incompleto, uma certa ausência de comunidades de ordens religiosas numa região de tão antigo povoamento e de tão grande enraizamento cristão nas suas gentes, ainda que, na progressão para norte do vale, encontremos uma série de cultos semiprofanos que nos fazem lembrar uma certa autonomia cultural e de património de gostos, realizações e devoções relativamente ao resto do país. De qualquer forma, ainda que sem a expressão do Entre-Douro-e-Minho ou da Estremadura ou vale do Mondego, o Douro não deixou nunca de ser chão cristão onde as paredes de qualquer mosteiro nunca soçobriariam ou deixariam mal quem nelas consagrasse os seus dias, os seus pensamentos e gestos na direcção de Deus. O Douro está, por assim dizer, avizinhado ao noroeste beneditino e a abrir-se ao centro cisterciense. Poucas comunidades femininas, quase nenhuma forma de vida eremítica. Este é o Douro religioso medieval do clero regular.

COMUNIDADES RELIGIOSAS NO ALTO DOURO

Ordem	Comunidade	M / F	Fundação: datas propostas
Ordem de S. Bento	Mais próximas da região: S. Salvador de Travanca S. João de Arnóia	M M	1009 ou século XII 1033 ou 1076
Ordem de Cister	S. João de Tarouca Stª Mª de Aguiar – F. C. Rodrigo Stª Mª de Salzedas – Lamego S. Pedro de Águias — Tabuaço	M M M M	1122 ou 1134 ou 1143 1165 ou 1170 ou 1174 1161 ou 1168 ou 1196 1145 ou 1170 ou 1205
Premontré Dominicanos	Lamego S. Domingos de Vila Real	M M	1400 ¹² 1424
Franciscanos	Azinhoso (eremitério) S. Francisco de Vila Real Lamego	M M M	séc. XV 1472 ¹³ 1271 / 79
Clarissas	Lamego Próx. da região: Amarante (terceiras) Nª Sª Ribeira – Sernancelhe	F F F	1258 ¹⁴ 1333 1460
Observância desconhecida	Stª Comba da Ermida	?	1139

¹² Cf. Nota 7

¹³ Cf. Nota 8

¹⁴ Cf. Nota 10

